



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 16 | Nº. 31 | Jul./Dez. de 2024

Ana Rita Fonteles Duarte

Universidade Federal do Ceará/UFC

anaritafonteles@uol.com.br

Entrevistadoras:

Ana Marília Carneiro

Universidade Estadual do Vale do Acaraú

/UVA

marilia_menezes@uvanet.br

Athaysi Colaço Gomes

Universidade Estadual do Vale do Acaraú

/UVA

athaysi_colaco@uvanet.br

O GOLPE DE 1964 E A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: memórias, histórias e perspectivas.

RESUMO

Esta edição da Revista Historiar traz uma entrevista com Ana Rita Fonteles Duarte, professora Associada I do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ao longo da entrevista, Ana Rita nos conta um pouco da sua trajetória e da experiência com estudos em História e Gênero, além de tecer reflexões acerca do campo da história da ditadura militar brasileira, os usos políticos do passado e as batalhas pela memória que ganharam terreno no espaço público brasileiro recente.

Palavras-chave: História; Ditadura militar; Golpe; Gênero.

ABSTRACT

This issue of Revista Historiar features an interview with Ana Rita Fonteles Duarte, Associate Professor I of the History Department at the Federal University of Ceará (UFC). During the interview, Ana Rita tells us a little about her career and experience with studies in History and Gender, as well as reflects on the field of the history of the Brazilian military dictatorship, the political uses of the past and the battles for memory that have gained ground in the Brazilian public space recently.

Keywords: History; Military dictatorship; Coup; Gender.

1. Neste ano de 2024, seis décadas nos distanciam do 31 de março de 1964, quando as Forças Armadas protagonizaram um golpe de Estado que derrubou o governo constitucional do presidente João Goulart. Como podemos situar atualmente os diversos movimentos de revalorização da memória do regime militar, e por que é necessário rememorar este evento?

Ana Rita: A partir de 2013, com os diferentes movimentos de rua desencadeados nas grandes cidades brasileiras, que incluíram protestos contra o aumento das passagens e qualidade dos serviços públicos, além de contraposições à forma como as cidades estavam sendo organizadas para a Copa do Mundo, começamos a ver junto aos movimentos contra corrupção, já apropriados pela direita brasileira, ainda que timidamente, a defesa pública do passado ditatorial, incluindo endosso de torturas e mortes de adversários dos militares. Esse movimento cresceu e juntou-se a outras pautas que passaram a constituir o que hoje chamamos de bolsonarismo, como o combate a políticas de inclusão e respeito à diversidade, marcados pelo combate ao feminismo, antirracismo e pautas LGBTQIAP+. A emergência dessas manifestações beneficiou-se da lógica maniqueísta das redes sociais, mas também de nosso processo esdrúxulo de transição para a democracia, com aprovação de anistia que beneficiou os perpetradores dos arbítrios e crimes contra os direitos humanos empreendidos em nome do Estado ditatorial, num processo nunca revisto. Para além do perdão aos militares, responsáveis por torturas e desaparecimentos, não tivemos um processo de remodelação das Forças Armadas e polícias militares com controle externo feito pela sociedade, através dos parlamentos, além de políticas de memória e de educação sobre o período capazes de conscientizar a população sobre o que significa viver numa ditadura. Somado a isso temos, na desregulamentação das redes sociais, território livre para a disseminação de conteúdos negacionistas capazes de manipular informações e permitir usos criminosos do passado em nome de novas políticas autoritárias e opressivas. A rememoração desse passado, renovada pelos estudos historiográficos mais recentes e críticos sobre as relações da sociedade brasileira com a ditadura são importantes, mas não podem prescindir de uma série de outras políticas que incluem a revisão da Lei da Anistia e cumprimento das recomendações realizadas pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade de 2014.

2) Vivenciamos uma época de profusão de mídias digitais e redes sociais, que por vezes funcionaram como dispositivos propagadores de um discurso negacionista sobre a ditadura ou veicularam um legado positivo de 1964. De que maneira os historiadores e historiadoras podem mobilizar-se contra essas ameaças autoritárias?

Ana Rita: Penso que devemos agir em conjunto, explorando todo o potencial de nossos conhecimentos e divulgando nossas pesquisas de forma clara e acessível aos públicos de iniciados e não iniciados, especialmente por meio de recursos digitais e outros meios de comunicação como vêm fazendo vários historiadores por meio de canais no youtube, perfis de Instagram e Facebook, além de sites já consagrados como o Café História, entre outros. Temos terreno fértil para isso. Pesquisas de opinião realizadas mais recentemente, após as revelações de existência de planos de um golpe de Estado que incluiria o assassinato de autoridades como o presidente Lula e o ministro do STF, Alexandre de Moraes, mostram que, mesmo com os erros cometidos em nosso processo ainda incompleto de transição para a democracia, especialmente por nossas autoridades políticas e judiciárias, a maior parte da sociedade brasileira se manifesta contra uma nova ditadura. Investigar e desenvolver novas formas de ensinar sobre o período e sobre outros autoritarismos também se faz urgente. Os programas de mestrado profissional de nossa área, destacando o ProfHistória vem mostrando as potencialidades de nossos fazeres em sala de aula nesse e em outros temas. A reivindicação, implementação e defesa de mecanismos de proteção à atuação dos professores nos diferentes níveis de ensino também deve ser uma tarefa permanente. Mas não conseguiremos muito se práticas de regulamentação das redes sociais não forem realizadas em nível nacional e transnacional. A atuação de empresas como a Brasil Paralelo mostra que há muita gente interessada, investindo alto e lucrando com as manipulações dos passados para a obtenção de interesses escusos no presente.

3) A produção acadêmica nacional sobre a história da ditadura militar tem se mostrado um campo fértil de novas reflexões sobre questões consideradas aparentemente consolidadas na historiografia e pelo surgimento de abordagens focadas em agentes sociais anteriormente pouco visibilizados, sobretudo mulheres, negros e indígenas. Nesse sentido, quais são as perspectivas e contribuições mais potentes da história da ditadura brasileira?

Ana Rita: A abertura e acesso facilitado aos chamados arquivos da ditadura, ampliação e consolidação de nossos programas de pós-graduação, nas últimas décadas, vêm propiciando a renovação das problematizações sobre a ditadura militar pós-1964. Penso que a desconstrução de uma memorialística calcada na ideia de uma sociedade brasileira, resistente ao golpe e à ditadura, ou da abordagem do período que privilegiou os conflitos entre militares e militantes das organizações armadas tiveram como contraponto mais precioso a compreensão dos mecanismos de construção social da ditadura, ampliando o olhar para outros grupos e sujeitos antes pouco investigados ou colocados na conta de resistentes de primeira hora. A construção de legitimidade por parte do regime partiu de acordos, produção de consensos e potencialização de medos e conservadorismos presentes em diferentes extratos sociais. Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade inspiraram novas investigações que contestam a ideia de o que vivemos foi uma 'ditabranda', mostrando que indígenas e camponeses foram dizimados nos processos de abertura de estradas, hidrelétricas, grandes empreendimentos agrícolas, abertura de investimentos ao capital internacional e perseguição a dissidentes políticos. Suas tribos dizimadas e corpos tombados, que se estima possam chegar até 10 mil, não são contabilizados em nossa lista oficial de mortos e desaparecidos. Homossexuais e negros foram vigiados e perseguidos em seus processos de organização social e mesmo em seu cotidiano e vivências como potenciais inimigos internos. O pânico moral foi empregado como arma política assim como o gênero foi mobilizado nessa tarefa. Os usos e defesas mais recentes do passado ditatorial, especialmente no governo Bolsonaro, com a presença maciça de militares em espaços de poder, deram novo fôlego aos estudos sobre a caserna, sua formação, além de ter inspirado a organização de historiadores que tem como preocupação principal as direitas brasileiras em consonância com os movimentos fascistas e neofascistas internacionalmente atuantes, a participação das igrejas, incluindo as evangélicas, na legitimação da ditadura. Os processos de anistia e justiça de transição, inacabada, nos dizeres de Lucas Pedretti, também inspiram estudos que permitem a compreensão sobre os sentidos conferidos não só a esse passado, mas a temas que se entrecruzam a ele como as políticas de segurança pública, violência policial, desrespeito aos direitos humanos e racismo.

4) Um dos seus principais temas de pesquisa está relacionado a história das mulheres, relações de gênero e a ditadura militar. Você poderia nos contar um pouco da sua trajetória e do seu interesse por este campo de estudos? Quais os desafios e os objetos de pesquisa ainda pouco visitados nessa área?

Ana Rita: Sou jornalista de formação e atuei cerca de 14 anos nessa área, enquanto de forma concomitante, realizava meus estudos de pós-graduação em História na UFC e na UFSC. Meu interesse pelo período ditatorial se dá via compreensão das transformações no âmbito do comportamento feminino, a partir do contato com novos produtos editoriais voltados para mulheres de classe média e de suas contradições discursivas entre os anos de 1960 e 1980, no Brasil. Fiz isso a partir do estudo da obra de uma jornalista chamada Carmen da Silva que atuou por 22 anos na revista Cláudia, do Grupo Abril, direcionada a mulheres de classe média. Ela tornou-se feminista em sua atividade de escrita numa coluna da revista, utilizando recursos da psicanálise como forma de dialogar e repensar os espaços tradicionalmente destinados ou acreditados como 'femininos'. Foi amada na mesma medida em que foi odiada, mas fez isso equilibrando-se em negociações com a revista e com as leitoras, contribuindo para a emancipação das mulheres num momento de forte vigilância e censura sobre os meios de comunicação. Em meu doutorado, resolvi estudar a ação política das ex-militantes do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará, por meio da análise de suas memórias. No centro do entendimento, estiveram as estratégias de atuação e proteção empreendidas por elas por meio de um movimento que mobilizava representações tradicionais das mulheres como protetoras da família e construtoras da pacificação nacional, mas que atraiu a atenção de militantes de esquerda de diferentes matizes e interesses, além das familiares de presos e exilados. Os conflitos e disputas sobre como agir naquele momento e os sentidos sobre essas ações realizadas é o cerne da tese publicada pelo Inesp e UFC em 2012. Desde 2010, coordeno o Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero onde estudamos as mobilizações do gênero pela ditadura militar por meio de propaganda política, censura às produções culturais e políticas de educação. Venho me dedicando, especialmente, às preocupações com questões de gênero no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra e suas repercussões no âmbito das políticas públicas durante a ditadura. Penso que há muito a ser estudado, nesse campo, sobre os debates, preocupações, intervenções e posições contraditórias em torno de temas que se entrecruzam com as políticas para a

juventude e infância, lazer e consumo, questões raciais, emancipação feminina, controle sobre a natalidade, vivências sexuais não normativas e suas mobilizações na produção de consensos e apoio ao regime.

5) Na sua tese de doutorado sobre o movimento feminino pela anistia no Ceará, você utiliza o conceito de *jogos de gênero*, um conceito apontado pelo pesquisador Luc Capdevila. Como esse conceito pode ajudar a pensar as experiências de mulheres na luta contra a ditadura militar brasileira?

Ana Rita: O historiador francês Luc Capdevila estudou como guerras e ditaduras, além de conflitos continuados como greves, especialmente na América Latina, embaralham os papéis tradicionais de gênero e abriram brechas para atuação política das mulheres. Os jogos de gênero, como ele nomeia, definem-se como instrumentos à semelhança do jogo de xadrez, no qual os atores políticos tentam intervir no espaço público. Apoiam-se na ideia de que os sentidos e as dinâmicas iniciadas por crises podem induzir a redefinição das relações entre homens e mulheres, em quadro limitado, conduzindo ao ajustamento do feminino e do masculino, às vezes, simples oscilação. No caso do MFPA, no Brasil, mas também das Madres de La Plaza de Mayo, na Argentina, observamos a metamorfose de uma ação reivindicatória arcaica, marcada por elementos tradicionais e estereotipados, em movimento de protesto moderno, o que também desencadeou transformações identitárias e subjetivas. Foi um conceito muito útil para pensar os deslocamentos e transformações dessas mulheres que se utilizando de performances de gênero, consciente e inconscientemente, atuaram dentro das possibilidades e limites daquele período, mas descobriram a potencialidade de suas ações coletiva e individualmente.

6) Quais são os principais temas e as transformações teórico-metodológicas que, nos últimos anos, têm sido incorporados aos estudos de gênero e dos feminismos? De que maneira eles podem ser mobilizados através do ensino de História?

Ana Rita: Os temas e perspectivas teórico-metodológicas são variadas, mas destacaria especialmente a perspectiva dos estudos interseccionais a partir dos feminismos negros que entrecruzaram as preocupações de gênero, raça e classe, incrementados com as

perspectivas decoloniais e leituras centradas nas experiências latino-americanas, como as de Maria Lugones e a publicação e divulgação dos escritos de Lélia Gonzales. As produções sobre os transfeminismos e estudos queer também são importantes, sobretudo, para pensar as invenções do gênero, mas também do sexo numa miríade de inumeráveis formas de viver o corpo, o gênero e as sexualidades. Penso que esses estudos permitem ampliar as nossas perspectivas como pesquisadores e professores para a compreensão das especificidades das vivências generificadas em diferentes espaços e tempos históricos, apontando para a possibilidade de desnaturalizações e transformações de situações de violência, opressão e silenciamentos. Mas temos consciência sobre a conjuntura de alta vigilância e desinformação sob a qual vivemos e as escolas têm sido espaços especialmente conflituosos e disputados pelas novas direitas reacionárias e amedrontadas, além de palco para políticos que manipulam a fé e a desorientação dos pais diante de tantas mudanças comportamentais nas últimas décadas. Nesse sentido, para além de conhecer e compreender as teorias em sua formação, os historiadores deverão desenvolver estratégias de ensino em que não necessariamente seja preciso levantar bandeiras em torno das perspectivas do gênero a serem ensinadas, mas que possam de maneira fundamentada e criativa colaborar através das aulas de história com a construção de um olhar de gênero por parte dos nossos alunos que os ajudem a se situar socialmente, compreendendo e respeitando as diferenças.

7) Atualmente, quais são seus projetos e pesquisas em andamento no campo da história da ditadura militar brasileira?

Ana Rita: Nesse momento, continuo a estudar as chamadas estratégias psicossociais da Doutrina de Segurança Nacional, elaboradas pela Escola Superior de Guerra, organização fundamental ligada às Forças Armadas que formava civis e militares para a resolução de problemas que pudessem se configurar como ameaças à segurança brasileira, compreendendo suas transformações durante a ditadura e como as questões de gênero são mobilizadas por essa Doutrina. Também estou finalizando pesquisa sobre ações de feministas cearenses, no início dos anos 1980, para dar visibilidade à questão da violência contra mulheres, a partir de casos de assassinato emblemáticos no Estado e que foram mobilizados para construir novas sensibilidades sobre o tema.

Nome completo do(s) autor(es)

Ana Rita Fonteles Duarte

Professora Associada IV do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ministra disciplinas nas áreas de Teoria da História e Prática de Ensino na graduação. Integra as linhas Cultura e Poder e Memória e Temporalidades no Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em História -Profhistoria (UFC). Fez estágio pós-doutoral na Universidade Federal Fluminense (UFF). É doutora em História Cultural pela UFSC e mestra em História Social pela UFC, possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará. Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e comportamento na ditadura civil-militar no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GEPEHG), na UFC. (<http://lattes.cnpq.br/1294847348263407>)

Ana Marília Carneiro

Pos-doutoranda em História (Pos-doutorado CAPES-PrInt/UFMG 2019-2021) Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Doutorado sanduíche Université Paris-Est Marne-la-Vallée/Sorbonne Nouvelle financiado pelo Programa CAPES COFECUB (2014-2015) / Intercâmbio pela RedMacro Universidades de America Latina y el Caribe na Universidad de Buenos Aires (UBA, 2016). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2013), É especialista em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2010). Atuou como pesquisadora da Comissão Nacional da Verdade (núcleo Projeto República - UFMG, 2014-2015) Membro do Grupo do Laboratório em História do Tempo Presente (LHTP- PPGHis-UFMG) Membro do Humanas Pesquisadoras em Rede. Membro do Fórum de Teoria da História e História da Historiografia. Membro do Grupo de Pesquisa Memória Futebol Clube - Memória FC. Tem interesse na área de História do Brasil República e história Contemporânea do Brasil e da América Latina, atuando principalmente nos seguintes temas: processos de redemocratização no Brasil e Argentina, ditaduras militares na América Latina, anticomunismo, cinema latinoamericano, estruturas de repressão das ditaduras militares no Cone Sul e censura de diversões públicas no Brasil pós 64. Desenvolveu no doutorado um estudo comparado sobre censura cultural nas ditaduras

militares brasileira e argentina, com enfoque na censura cinematográfica. Foi professora do Departamento de História na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Puc Minas) e professora na Escola Estadual Técnico Industrial Professor Fontes. Contemplada com o Prêmio UFMG de Teses (2020) e Menção Honrosa no Prêmio CAPES de Tese (2020). Foi professora substituta do Departamento de História do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG, 2023)

<http://lattes.cnpq.br/1868716813818888>

Athaysi Colaço Gomes

Professora substituta do departamento de História na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Sobral, CE. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ao Grupo de Estudo e pesquisa em História, gênero e América Latina. Realizou doutorado sanduíche na UBA (Universidade de Buenos Aires) entre 2022 e 2023 com bolsa CAPES. Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará (2018), Especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016) e Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (2013). Desenvolve pesquisa na área de História da Ditadura Militar e das relações de gênero. Atualmente, pesquisa as experiências de maternidade de mulheres militantes políticas na ditadura militar brasileira. (<http://lattes.cnpq.br/1537674301598571>)

Entrevista recebida em: 23 de dezembro de 2024.

Entrevista aprovada em: 23 de dezembro de 2024.